



AS POLÍTICAS SOCIAIS E A LUTA DE CLASSES: tendências e desafios contemporâneos

Tássia Rejane Monte dos Santos¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de discutir os desafios atuais relacionados a questão dos direitos sociais e as políticas sociais a eles correspondentes. Nesse sentido, esta breve reflexão é empreendida na perspectiva de contribuir com a discussão crítica sobre as contradições dos processos sociais, da sociedade capitalista madura, dos quais as políticas sociais fazem parte.

Palavras-chave: Luta de classes, política social, neoliberalismo.

Abstract: This article aims to discuss current challenges related to the issue of social rights and social policies related to them. Accordingly, this brief discussion is undertaken with a view to contributing to the critical discussion on the contradictions of the social processes of mature capitalist society, of which social policies.

Key words: Class struggle, social policy, neoliberalism.

¹ Mestranda. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tassia.s.s.ocial@bol.com.br



A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar e compreender seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006). Devemos chamar a atenção para a demarcação, do fundamento ontológico, presente nessa dilucidação, pois é a partir da análise dessas condições reais, que iremos conformar uma linha de raciocínio sobre o processo de desenvolvimento das políticas sociais na contemporaneidade.

Não se pode compreender as políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes, pois elas são processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.

Mesmo compreendendo que as políticas sociais assumem, por um ângulo econômico, a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise e, pelo ângulo político, podem servir como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema, não consideramos que esses aspectos sejam suficientes para explicar as contradições inerentes aos processos sociais dos quais as políticas sociais fazem parte (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Outrossim, a unilateralidade de tal análise não reconhece que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital, assim como foi a experiência histórica dos países centrais no período glorioso da produção e acumulação capitalistas e de forma muito pífia na realidade dos países periféricos. Mas, isso merece uma análise mais acurada para compreender os limites e contradições que a própria realidade histórica se encarregou de revelar em ampla escala, já no início dos anos 1980.



1 – A ofensiva capitalista e o processo de desmonte dos direitos sociais

Para contornar a implosão das bases do Estado de bem-estar social e administrar a crise de super produção, a burguesia internacional organizou-se, a partir de um estratégico ataque às conquistas da classe trabalhadora numa contratendência que articulou a reestruturação produtiva e a política neoliberal, deslanchando na transnacionalização do poder da economia capitalista, de um modo intensamente reificado, sem precedente.

Como sabemos, o bode expiatório para o discurso neoliberal foi o excesso de privilégios e poder da classe trabalhadora na forma de direitos sociais que onerava/sobrecarregava por demais o orçamento público, o que, segundo esta acepção, determinou a crise fiscal do Estado. A reação burguesa incorpora, portanto, essa premissa ideológica para efetivar as medidas de desregulação das relações de trabalho e do sistema de proteção social, para não dizer a implantação da barbárie social.

É importante salientar que, a reestruturação sistêmica do capital só é compreensível, a partir de condições concretas - assim como os pressupostos de análise das políticas sociais que pontuamos anteriormente - postas na sociedade capitalista: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a relação entre as classes sociais e o nível das lutas de classes (NETTO, 2004).

Nessa perspectiva, na linha geral da recomposição capitalista, a reestruturação do Estado representou uma condição fundamental na medida em que garantiu:

[...] pesada transferência do patrimônio público estatal para o grande capital pela via da privatização; drenagem de recursos privados e públicos para o capital parasitário-financeiro através das políticas de ajuste (financeira tributária) – o que, especialmente nos Estados periféricos e semi-periféricos, conduz a uma verdadeira quebra do poder estatal para financiar o enfrentamento da “questão social” (donde, por exemplo, refilantropização da assistência); diminuição do poder do Estado como regulador das relações capital-trabalho, pela via da flexibilização; apequenamento do papel econômico-indutor dos Estados periféricos e semi-periféricos, seja pela orientação que conduz à sua redução, seja pelo novo papel desempenhado pelas instâncias supra-nacionais do grande capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial); enfim, amesquinamento da função desses Estados de afiadores de padrões de crescimento decididos “desde dentro”, pela via da desregulamentação (também sob comando do grande capital, mediante supra-nacionais como a Organização Mundial do Comércio) (NETTO, 2004, p. 72).



Esta reconfiguração do Estado, em meados dos anos 1980, expressa, em todas as suas premissas, a contradição e os grandes limites das conquistas históricas da classe trabalhadora, no contexto pós-segunda guerra. Em resumidas contas:

a reestruturação do Estado pode ser sinalizada como hipertrofia da sua função de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua atrofia como legitimador desta; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital (NETTO, 2004, p.72).

De acordo com Iamamoto (2008), o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais. Em um mercado mundial realmente unificado, impulsiona-se a tendência a homogeneização dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo, apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais.

Por isso, não podemos considerar aquela reconfiguração de forma isolada e autônoma, como específica da arena política. O que está em jogo são projetos e interesses de classes que se expressam na tessitura das relações sociais com a complexidade de aspectos inerentes as esferas econômica, política, social, cultural, moral e ideológica.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva e a reconfiguração do Estado devem ser compreendidas como elementos partícipes de um mesmo processo social que tem no seu horizonte o aprofundamento da “disponibilização do trabalho para o capital” e, ao mesmo tempo, do disciplinamento da força de trabalho nas novas condições de expropriação e na nova escala da concentração de capitais (FONTES, 2008).

A recomposição do capital, nesses últimos anos, teve no projeto neoliberal, seu grande esteio político-ideológico. A perspectiva neoliberal e a acumulação flexível empregaram ao projeto capitalista uma dimensão triunfal na medida em que disseminaram o individualismo², e acirraram o nível de competição entre os sujeitos sociais, pulverizaram a solidariedade de classe entre os(as) trabalhadores(as).

² É a expressão da construção do indivíduo a partir de um permanente confronto com a estrutura social global e com os outros indivíduos, numa dinâmica de disputas pelas quais, cada individualidade, ao se construir enquanto egoísta e competitiva, constrói também uma sociedade desumana, concorrencial. O individualismo burguês interfere na constituição da substância de cada individualidade sob a hegemonia do capital. Cada um desdobra a sua existência como uma infinita luta contra tudo e contra todos.



Ramos (2005) argumenta que a difusão dessa lógica condicionou o alardeamento de uma falsa idéia de que não existe outra alternativa, em termos de projeto societário; o fim da história em contraposição direta ao projeto da modernidade e o pensamento único são expressões desse fetiche que convenceu amplos segmentos inclusive no universo do pensamento de esquerda, em nível mundial.

De acordo com Lessa, uma das principais tendências desse fenômeno ideológico, é a perda de nitidez da fisionomia político-ideológica das classes sociais³.

Nem a classe operária comparece às lutas sociais como a força social antagônica ao capital, nem a burguesia exhibe a sua verdadeira dimensão histórica ao se contrapor frontalmente aos trabalhadores[as] (LESSA, 2007, p. 171).

Uma vez veladas as distinções entre as classes sociais, as propostas centradas numa postura de acomodação dentro da ordem tendem a adquirir maior visibilidade, em detrimento da priorização da luta pela superação da propriedade privada e de toda e qualquer forma de exploração.

Na medida em que a única classe social historicamente interessada na superação da propriedade privada, o proletariado, comparece nas lutas políticas com propostas mais propriamente burguesas ou pequeno-burguesas, centradas quase sempre na manutenção do emprego (isto é, manutenção da exploração do trabalho pelo capital) e na elevação dos salários (isto é, manutenção da extração da mais-valia), a proposta de superação do capital e sua substituição por uma sociedade comunista parece carecer de toda a base social e, portanto, revela-se uma mera utopia no sentido literal de não ter lugar na história. (LESSA, 2007. p. 173).

Há que se ponderar aqui, que a redefinição do capital alterou profundamente a correlação de forças entre as classes sociais ao tornar refratário o acordo interclassista do período fordista/ keynesiano e suplantando a força política subversiva da união da classe trabalhadora à sua fragmentação, a partir da imposição do acirramento da disputa (entre

Sob o capital, a existência humana é reduzida à sua faceta menos humana: ou ser mero cofre para acumular capital ou, então, ser banido da civilização humana reduzindo-se à disputa por pedaço de pão (LESSA, 2007).

³ O autor lembra que esse fenômeno ideológico é apenas e tão-somente um fenômeno ideológico. Ou seja, “não cancela as determinações das classes sociais pelo fundamento ontológico do lugar que as mesmas ocupam na estrutura produtiva da sociedade” (LESSA, 2007, p. 172).



trabalhadores/as) pela condição de cada um(a) manter-se escravo(a) do próprio corpo (garantia mínima da sobrevivência).

As imposições do mercado de trabalho flexível rendem as forças de resistência, pois aos desprovidos nada resta, senão, a troca depreciativa da sua força de trabalho, num mercado perverso e vulnerável. Pois, as garantias, antes asseguradas pela mediação da correlação de forças no interior do Estado provedor, intervencionista, foram pulverizadas pelo reordenamento de acumulação de capitais, que prevê o protecionismo das taxas de lucro e de crédito à burguesia, a partir da implementação dos ditames neoliberais e da difusão da lógica flexível, por todas as instâncias da vida social.

Para os[as] trabalhadores [as], além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. (MOTA e AMARAL, 1998, p. 30).

Iamamoto (2008) nos chama a atenção para os processo de aguçamento das expressões da questão social no tempo presente. O esforço intelectual da autora é empreendido na perspectiva de desvelar o fetiche das relações sociais que encobrem os fundamentos da questão social.

Segundo a autora, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e 'exclusão'. O predomínio do capital financeiro conduz a banalização da vida humana, a descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. A questão social atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era da financeirização do capital (IAMAMOTO, 2008).

Nesse sentido destaca que a mudialização financeira impulsiona a generalização das relações mercantis as mais recônditas esferas e dimensão da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espria-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O



resultado de tudo isso tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes.

Os padrões de intervenção para as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de programas focalizados de combate a pobreza, que acompanha a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado 'terceiro setor' (IAMAMAOTO). Ao mesmo tempo, o capitalismo tem suscitado uma tendência de supercapitalização, incidindo inclusive na privatização e mercantilização dos direitos sociais, com a expansão da compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos que avançam no campo das políticas públicas.

Fontes (2008) aponta que o exacerbado processo atual de “mercantilização” é um dos mais violentos momentos de expropriação social. O que vem ocorrendo não é apenas “converter” em mercadoria algo que não o era, mas um efetivo processo social de expropriação. Nessa perspectiva é que

Não se trata apenas de converter coisas em mercadorias, mas de assegurar a permanência e expansão das relações sociais que nutrem o capitalismo. A expropriação permanece, portanto, o fulcro central da exploração capitalista, à qual corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a concentração de recursos sociais (meios de produção e subsistência) aptos a se converterem em capital, para ser valorizados, aplicados a própria exploração de trabalhadores (FONTES, 2008, p. 28).

A totalidade social burguesa nada mais é senão a síntese das relações sociais movidas pela reprodução do capital. E é nesse exato sentido que o capital, e não os indivíduos com suas carências humanas, passa a ser a razão do agir dos sujeitos sociais, passa a representar a essência da formação social, o que expressa a afirmação humana da não-humanidade: uma verdadeira alienação (LESSA, 2007).

2 - Tendências e desafios das políticas sociais: uma questão de disputa de projeto e interesses de classes

Nesse contexto contra-revolucionário, a perpetuação das contradições desse sistema desumano é uma tendência bastante evidente.



Behring (2008) assinala que, se a política social foi um elemento importante na economia-política do pós-guerra, orientada pelo intervencionismo keynesiano, generalizando-se pelo mundo capitalista, sua condição não é a mesma na onda longa de estagnação que se abre a partir dos anos 1970, quando fazem parte da reação burguesa, iniciativas como a flexibilização das relações de trabalho e dos direitos sociais conquistados no período anterior.

As desigualdades sociais resultante do aumento do desemprego foram agudizadas também por mudanças na composição do financiamento e dos gastos públicos, visto que a maioria dos países passou a ampliar a arrecadação pela via de impostos indiretos, o que acaba onerando toda a sociedade e penalizando os trabalhadores com rendimentos baixos (BEHRING, 2008).

Diante disso, a política real é a de direcionar o fundo público como um pressuposto geral das condições de produção e reprodução do capital, diminuindo sua alocação e impacto junto as demandas do trabalho, ainda que isso implique em desproteção e barbarização da vida social, considerando que este é um mundo onde não há emprego para todos, donde decorre a perversa associação entre perda de direitos e criminalização da pobreza (BEHRING, 2008).

Neste sentido, a reestruturação sistêmica do capital se constitui, hoje, um desafio central à classe trabalhadora. Contudo, certamente, não poderá bloquear ininterruptamente a resistência desta classe. Mas, somente a forma de resistência política é que determinará ou não a superação desses desafios colocados, hoje, para o amplo conjunto da classe trabalhadora de um modo geral. Sendo fundamental, neste sentido, a retomada de um confronto político que coloque em pauta a dominação de classes, que contemple essencialmente as bases da contradição capital/trabalho como fundamento determinante do atual patamar de alienação humana.

3 – Considerações finais

Se a política social tem relação com a luta de classes, a tendência da política social estará prescrita no estágio de desenvolvimento dessa luta e ele está aberto, assim como a história.

Mesmo com todos os limites e contradições, as políticas sociais devem ser tomadas como mediações importantes para a afirmação da classe trabalhadora enquanto tal. Não para a sua reprodução e perpetuação nos limites do capital, mas para transgredi-lo rumo a



autenticidade humana. E isso perpassa, no campo do imediato, as lutas em defesa dos direitos sociais e de cidadania.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. IN: **Em Pauta: mundialização, resistência e cultura**. n 21. julho. Rio de Janeiro: UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.

BEHRING, E. R. SANTOS, S. M. dos (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Ângela Santana. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) *A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I. *et all* (org). **Política Social: alternativa ao neoliberalismo**. Brasília: UNB. Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2004.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ed. Ijuí: Ed Unijuí, 2007.